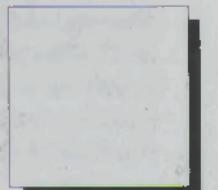
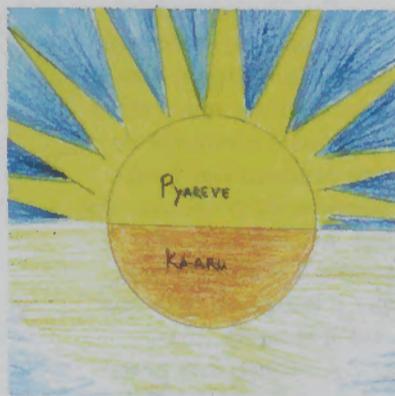
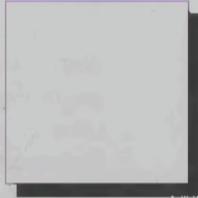


# 3X4 ESPECIAL ÍNDIOS





## Jornalismo na prática

**T**ER A OPORTUNIDADE de produzir esta edição do 3x4 especial foi igualmente enriquecedor e enlouquecedor. O tema, Índios, mostrou-se amplo a ponto de dar medo, mais amplo do que imaginávamos. Tão amplo, talvez, a ponto de ser infundável.

A inocente idéia de tentar abranger o tema em sua totalidade acabou se tornando uma espécie de "balaio de gatos". Estudos livrescos e experiências puramente humanas se confrontaram em vários momentos. Com o tempo, percebemos que a realidade histórica e a realidade atual pouco têm em comum, mesmo que, paradoxalmente, estejam forte e eternamente ligadas.

Os índios que residem nas cidades são vistos por alguns com temor e preconceito. Aqueles que vestem roupas "de branco"

e falam o português são tidos como aculturados. No entanto, será que assimilar costumes de outras sociedades significa abdicar dos próprios?

As veementes diferenças culturais e a idéia de que as comunidades indígenas constituem "sociedades diferentes" dentro da "nossa" sociedade, acabam despertando a curiosidade de muitas pessoas — uma grande prova disso é esta reportagem — e fazendo com que os seus cidadãos sejam tratados, mesmo que inconscientemente, como objetos de estudo. A realidade é que, assim como a maior parte das pessoas, os habitantes das aldeias não gostam de ser incomodados por estranhos interessados em saber como é a sua cultura, mas, muitas vezes, dependem disso.

Dos cinco estudantes

que iniciaram o projeto, restaram três. E o que começou como uma série de conversas, só foi em frente graças ao apoio e orientação — talvez quase que filosófica — do professor Ungaretti. É raro ouvir alguém falando de jornalismo com tanta paixão. Mais do que um suporte para as matérias, os longos colóquios sobre a profissão nos serviram, e servirão, como conselhos para a vida.

"Jornalismo é subversão!". Quem ainda não ouviu, vai ouvir o Ungaretti defendendo esse lema pela Fabico. Mas jornalismo também é trabalho em equipe, meter a cara e ir a fundo, como nos foi possível aprender nesse último ano.

Visões diferentes, pessoas diferentes, abordagens diferentes de um mesmo tema. 3x4 Especial Índios. — OS AUTORES

### Wladimir Ungaretti

## Agradeço a oportunidade

**T**ENHO TRABALHADO na orientação e produção do jornal laboratório 3x4 com a idéia de ser "um-professor-não-professoral". Sempre perseguindo vagas e imprecisas noções de uma pedagogia profana e libertadora. Quando coordeno a edição de um exemplar especial, com alunos de início ou meio de curso, procuro me colocar em uma atitude de maior ousadia. Não há os laços formais que acabam se estabelecendo pelo espaço da sala de aula. Por isso a relação, mesmo considerando as diferenças de experiência profissional e de idade, se constrói em clima de igualdade. Ou seja, transparência, fraternidade e um constante esforço de treinamento na prática do saber escutar e saber contar. Aprendo muito.

Embora tendo uma atitude de humildade, por outro lado e paradoxalmente, tenho a pretensão de ensinar alguma coisa. Não por algo que se faça por uma relação de extrema racionalidade. Ao contrário, procuro tocar estes "alunos" pela emoção, deixando que cada um exponha e construa seu caminho com o máximo de singularidade. Assim, tenho conseguido o melhor, alternando uma atitude de "presença e de ausência".

Esta profissão, quando exercida por vocação, dispensa o aprendizado de técnicas. Estas são incorporadas (ou não) em função de necessidades objetivas do exercício profissional. Na atualidade, com a imposição da supremacia dos "recursos técnicos", o jornalismo — caso este quadro não seja

revertido — caminha para uma fase terminal.

Esta é a segunda experiência de elaboração de um 3x4 fora da sala de aula. Este exemplar sobre os índios é resultante de algo fundamental para o exercício da profissão. Um 3x4 de resistência. A paixão e a atração pelo que é marginal, pelo que está à margem. Este grupo, mesmo não percebendo, subverteu a lógica dominante. O resultado aí está. Jornalismo da melhor qualidade. Agradeço a oportunidade que me foi dada por este grupo de alunos. Agradeço ao ex-aluno Juliano Bruni pelo trabalho de planejamento gráfico. Como diz John Reed "só me sinto feliz quando trabalho intensamente em algo que gosto". Vocês estão de parabéns.

**Debate** II Encontro Continental Sepé Tiaraju e o Povo Guarani reuniu índios do Brasil, Argentina e Paraguai em Porto Alegre

## Um Problema de 500 anos



A BUSCA DE MAIOR INTEGRAÇÃO entre os índios da América Latina, o fortalecimento da luta por terras e a celebração de Sepé Tiaraju. Foram estes os principais objetivos do II Encontro Continental Sepé Tiaraju e o Povo Guarani, realizado no Parque da Harmonia, em Porto Alegre, entre 11 e 14 de abril. Cerca de 800 pessoas vindas de cinco estados brasileiros, da Argentina e do Paraguai participaram do evento.

A questão da terra levou ao encontro integrantes de diversos movimentos sociais, como Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Catadores. Foram diversos debates internos entre índios de várias nacionalidades, como Guarani, Kaingang, charruas e quilombolas. A programação incluiu ainda eventos culturais abertos ao público. Para o índio Maurício da Silva Gonçalves, coordenador da Comissão de Terra Guarani do RS, a preocupação fundamental do encontro é a terra. "Só dá para pensar outras questões após resolver a questão da terra. A gente precisa de educação, mas precisa primeiro de um lugar para construir a escola."

A iniciativa conta ainda com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Segundo o representante do Conselho no encontro, Roberto Antônio Liebgott, este é um momento decisivo: "Se eles não se articularem agora, vai sobrar só o asfalto". Luix Costa, da Comissão Organizadora, ressalta que algumas dificuldades são históricas e vêm sendo esquecidas pelos governantes: "Tem que resgatar as lutas necessárias que foram ficando para trás".

A articulação continental dos Guarani é fato recente. Como completa Luix, "aos poucos começa haver consciência por parte dos povos indígenas de que a integração para a luta é a melhor forma de ver os anseios atendidos e as dificuldades sanadas". A partir de agora, a nova perspectiva pode basear-se no ideal de Sepé: "Esta terra tem dono!" — ALEXANDRE FREITAS HAUBRICH E PAULA BIANCA BIANCHI

**Cotidiano** Não é difícil esbarrar em indígenas vendendo artesanato pelas ruas de Porto Alegre. Contudo, sua presença nas cidades implica muito mais que o simples abandono da tradicional “caça e coleta” — Débora Gastal e Paula Bianca Bianchi

# As aldeias da cidade

**R**UA PROFESSOR PADRE Werner, 77. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. O que poderia ser tomado como endereço de uma residência qualquer, é, na verdade, localização de uma comunidade indígena. Ao contrário do que possa parecer, chegar até uma aldeia é simples. Uma consulta ao mapa da cidade e uma ligação para o 118 – serviço de informação de linhas de ônibus da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) – são mais do que suficientes.

As aldeias indígenas estão mais perto do que muitos pensam. Apenas na capital gaúcha existem três comunidades estabelecidas. No Brasil, conforme a Fundação Nacional do Índio (Funai), cerca de 460 mil pessoas vivem em terras indígenas, o que corresponde a aproximadamente 0,25% da população. Estima-se ainda que haja entre 100 e 190 mil indígenas morando fora dessas comunidades, espalhados pelas áreas urbanas. Somente no Rio Grande do Sul, existem oficialmente 13.448 índios, distribuídos em 27 terras indígenas. No estado, há registros de três etnias: Guaraní, Kaingang e Charua. Esses últimos são considerados extintos desde meados do século XIX.

O artigo 231 da Constituição Federal garante que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Depois da Constituição de 1988, a Funai deixou de ter tutela incondicional sobre os índios. Eles passaram a ser considerados cidadãos comuns, com mesmos direitos e deveres de qualquer um que habite o território nacional.

Índio pode votar, dirigir, ter conta em banco, CPF, processar – ou ser processado por alguém. A única diferença é que, antes de obter qualquer documento comum, é preciso fazer o que eles próprios chamam de “documento de índio” – uma certidão administrativa da Funai. Ela funciona como uma certidão de nascimento civil. Antigamente, era concedida sem muitos critérios e não havia necessidade de comprovação da etnia. Hoje, há maior cuidado. É necessário atestado de nascimento dado por um mé-



dico, caso a mãe seja internada para o parto, ou pela liderança da tribo, se a criança nascer na própria comunidade. No entanto, segundo João Ferrareze, diretor da sede administrativa da Funai no Rio Grande do Sul, pessoas com idade superior a nove anos precisam ser encaminhadas para a Justiça, para que um processo de reconhecimento seja aberto.

APESAR DE USUALMENTE AGRUPADOS na categoria “índios”, tribos distintas podem ter tantas semelhanças e diferenças quanto judeus e palestinos, e não fazer distinção entre elas é um equívoco.

As origens dos índios do sul do país são muito antigas, as mais remotas datam de 10 mil anos. Para o antropólogo José Otávio Catafesto, “as raízes não são coisas do passado, porque estão incorporadas nos povos que sobrevivem. Há valores enraizados nas comunidades, o que explica a manutenção de sua diversi-

**Tribos distintas podem ter tantas semelhanças e diferenças quanto judeus e palestinos, e não fazer distinção é um equívoco**

**Índia Guaraní fazendo artesanato na aldeia Tekoá Anhetengúá**

Foto: Fernanda Schossler

dade cultural”. Os primeiros povos que habitaram o Rio Grande do Sul eram caçadores-coletores, adaptados aos pampas. Depois, chegaram grupos do norte do país, trazendo influências de agricultura e produção de cerâmica. De acordo com Catafesto, “pelo Planalto Brasileiro chegaram os ancestrais dos índios de fala Jê no sul (Kaingang e Xokkleng), ocupantes dos Campos e Pinheirais do Planalto Meridional Brasileiro. E, pelas várzeas dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai, Jacuí e afluentes, chegaram os conquistadores Guaraní, vindos com um padrão de vida e de cosmologia muito semelhante ao amazônico”.

À PRIMEIRA VISTA, A DIFERENÇA entre Kaingang e Guaraní parece simples: os Kaingang falam com você, os Guaraní, não. Contudo, ela vai muito além disso. Mais do que origens diferentes, estes dois povos possuem costumes, tradições, crenças e visões de mundo distintas. ▶

## 4 Especial Índios

Os Kaingang, falantes e receptivos, são mais abertos e dispostos a adaptar nossos costumes às suas necessidades. “Vocês inventaram a cama, e nos ensinaram a dormir bem”, exemplifica Zílio, o kujã – o xamã Kaingang, equivalente ao pajé no imaginário tradicional – da aldeia Kaingang da Lomba do Pinheiro. Ao contrário dos Guarani, eles não vêem problemas na interação com os brancos. Uniões entre índios e não-índios são comuns e pessoas de fora da aldeia podem ser incorporadas, desde que dispostas a seguir a cultura Kaingang.

A vida deles é baseada na interação com a comunidade e partem do princípio de que todo o cosmo está dividido entre duas forças opostas e complementares, chamadas *kamé* e *kairukré* – também chamado de *kairu*. Erondina, uma índia de meia-idade, baixinha e falante, faz questão de explicar a diferença desenhando as formas no quadro negro. “Tracinho é *kamé*, é irritado, é agitado, é o Sol. Bolinha é *kairukré*, é calmo, manso, é a Lua.”

Segundo o Diagnóstico do Programa de Bolsas de Manutenção da *Diakonisches Werk* para Estudantes Indígenas na Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul (Unijuí), produzido pelos antropólogos Ana Elisa de Castro Freitas e Rogério Réus Gonçalves da Rosa, as formas alongadas e abertas são identificadas como *kamé*, enquanto as arredondadas e fechadas são tidas como *kairu*. Da mesma forma, os comportamentos e processos rápidos, as cores quentes, os animais e pessoas ágeis são tidos como *kamé*, e os comportamentos e processos lentos, cores frias, pessoas e animais vagarosos são associados a atributos *kairu*. A base teórica desse mundo *kamé-kairu* é o xamanismo, e o responsável pela tradução dele é o kujã.

No que se relaciona à vida social, pessoas da mesma “metade” são vistas como pertencentes à mesma família. Os casamentos só podem ser realizados entre opostos e a criança Kaingang, menino ou menina, herda a marca do pai.



Quando se pergunta como é possível reconhecer se alguém é *kamé* ou *kairukré*, a explicação é dada com a simplicidade de quem responde algo que, para si, é óbvio e corriqueiro. “É só olhar as mãos, a gente sabe pelo formato das unhas.”

Já os Guarani são calados e introspectivos. A espiritualidade é o centro de sua vida e sociedade. Seus ritos e tradições são sagrados e dificilmente alguém não-índio conquista confiança suficiente para poder assistir às suas cerimônias religiosas. A palavra é considerada divina e vista como parte da alma. Julga-se errado desperdiçá-la à toa. “A questão da palavra para os Guarani é muito complexa, porque deve ser entendida desde o xamanismo e a cosmologia característicos dos povos ameríndios. A palavra é a essência da alma sagrada que habita cada pessoa, que também é habitada por sangue e motivações do corpo físico que fazem a alma terrena”, explica Catafesto.

As músicas, os adereços e as danças Guarani que vemos em apresentações são uma parte da cultura Guarani que é permitida ao não-índio, vistas como “tradições para os brancos”. De acordo com Cirilo, cacique da aldeia Guarani da Lomba do Pinheiro, “existem as músicas dos adultos e as músicas das crianças... Só as músicas das crianças o branco pode ouvir”.

Os Guarani têm um instinto de preservação forte e procuram, sempre que possível, evitar contato com o branco. A miscigenação com outros povos raramente ocorre. “Eles dizem que o sangue branco é mais forte que o Guarani e por isso não devem misturá-los”, observa o estudante de antropologia Gustavo Pradella.

Um ponto em comum entre Kain-

**Os Guarani têm um instinto de preservação muito forte, e procuram, sempre que possível, evitar o contato com o branco**

gangs e Guaranis é o fato de ambos possuírem dois nomes: um índio e outro não. Esse último é o mais utilizado e são os pais que o escolhem. Alguns índios têm sobrenomes, mas a origem deles nem sempre fica clara. Jaime Alves, o cacique da aldeia Kaingang do Morro do Osso, conta que, quando nasceu, o sobrenome já estava na família há muito tempo. Ele desconfia que quem o trouxe foi o avô. “Meu avô era branco, e, quando casou com a minha avó, foi morar na aldeia.”

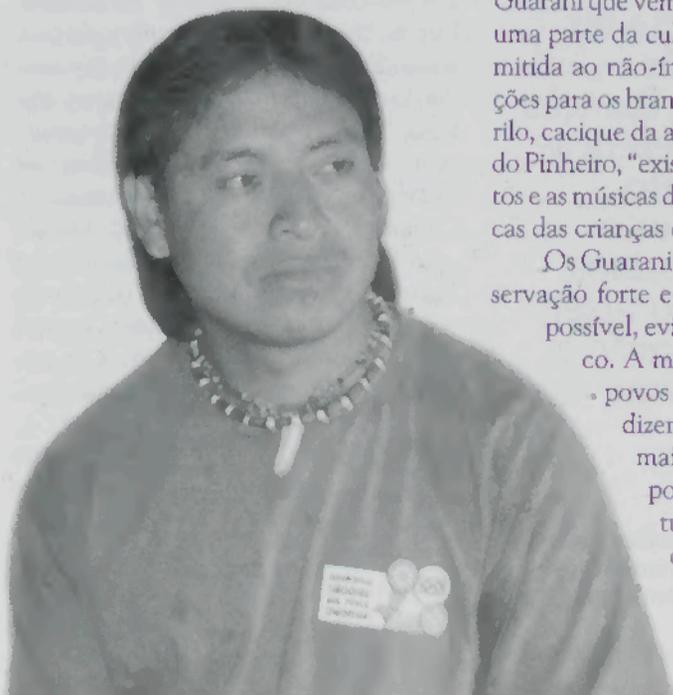
Já o nome índio é encarado com mais cuidado e seriedade e a escolha depende de indicação espiritual. Os nomes Kaingang são dados pelos kujãs e geralmente são inspirados em elementos naturais, como árvores e flores, obedecendo a dualidade *kamé* – *kairukré*. Entre os Guarani, esta escolha vai além do mundo material, e o batismo é feito com o nome dos próprios espíritos. Logo que a criança nasce, um grupo de sábios da aldeia se reúne para identificar que designação ela deve receber. A escolha é tão importante que, quando um índio fica seriamente doente, acredita-se que o motivo deva ser o nome “errado”. Nos casos mais graves, uma cerimônia de emergência é realizada para que outro nome seja escolhido.

As diferenças culturais entre Guarani e Kaingang podem ser observadas, também, na localização e organização das aldeias. No entanto, quando se trata da situação social e econômica, as realidades são muito parecidas.

A aldeia Guarani da Lomba do Pinheiro, a Tekoá Anhetenguá, se esconde em meio às árvores. A área foi doada pela Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) na década de 1980. Para chegar lá, é preciso caminhar cerca de 500 metros por uma estreita estrada de chão, até avistar um portão de madeira e uma tímida placa indicativa.

Acima, casas na aldeia Guarani da Lomba do Pinheiro. Ao lado, o cacique Cirilo

Fotos: Fernanda Schossler



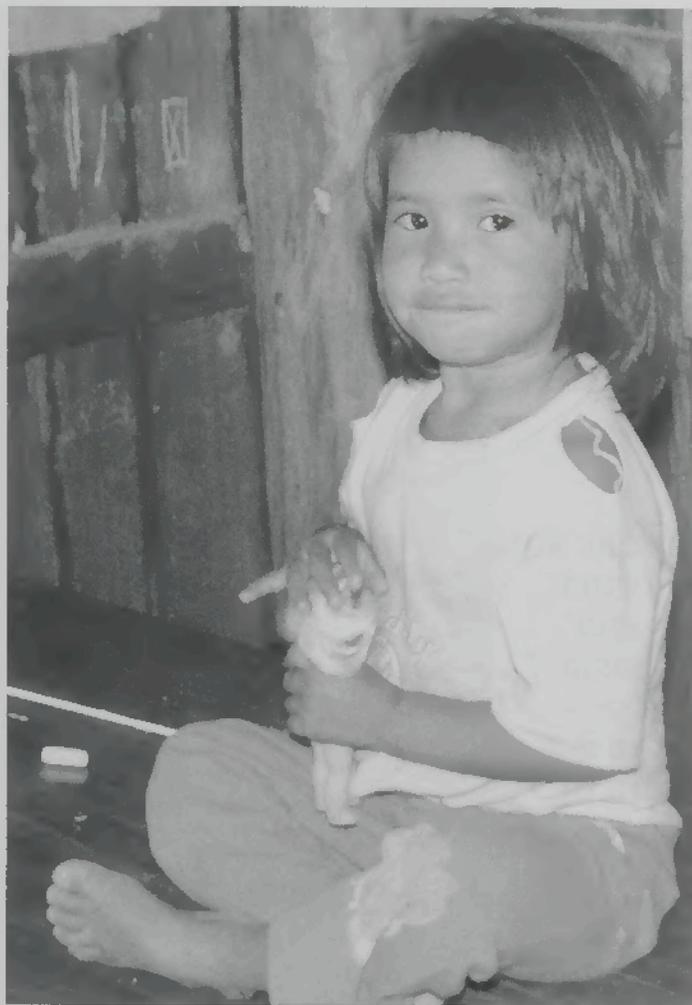
AS CASAS SÃO DE MADEIRA crua e irregular, e ficam distantes umas das outras. As duas únicas construções de alvenaria são a antiga escola – que hoje funciona em uma das casas – e o posto de saúde, recém construído pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde), que responde por obras desse tipo em várias terras indígenas. Os cerca de 50 moradores exercem seus afazeres em silêncio – lavam roupas no açude, cozinham e confeccionam artesanato – e só param, envergonhados, quando são chamados pelos visitantes. O único ruído constante é o das brincadeiras das crianças. Todo o ambiente é muito simples, desde as roupas surradas estendidas de modo improvisado no varal até o chão batido e sem grama, que espalha poeira pelo ar.

Os Guarani plantam para consumo próprio e fazem artesanato – esculturas de madeira e balaios, fundamentalmente – como forma de obtenção de renda. No entanto, quem quiser comprar uma peça de artesanato Guarani terá que ir até a aldeia ou comprar de algum Kaingang nas ruas da cidade, pois eles não saem da comunidade para vender.

No Morro do Osso, a aldeia Kaingang parece deslocada. Está localizada na Zona Sul da cidade, entre a entrada do parque ambiental do Morro do Osso e o Bairro Tristeza. A vista de Porto Alegre impressiona, mas não tanto quanto a situação da comunidade. As 147 pessoas que moram ali estão espremidas em um pequeno espaço de cerca de 100 metros quadrados. Os barracos de tábuas reaproveitadas de outras construções contrastam com a vizinhança de casarões de classe média alta. O barulho do rádio de um rapaz pode ser ouvido por quase toda a aldeia e o silêncio parece ser algo que não existe. Crianças correm de um lado para o outro, enquanto mulheres cuidam de bebês e lavam roupas em tanques e máquinas de lavar espalhados pela rua.

Toda a economia da aldeia gira em torno do artesanato. Apesar dos Kaingang terem permissão para entrar na reserva ecológica do Morro do Osso, eles preferem recolher os materiais em outras localidades. A produção das peças envolve toda a comunidade, inclusive as crianças, que aprendem o ofício com os pais.

Na beira da estrada João de Oliveira Remião, a aldeia Kaingang da Lomba do Pinheiro lembra um condomínio fechado. Diversas casas de material, simples, mas bem feitas, estão dispostas ao longo de uma rua de chão batido. Construídas pelos próprios moradores, elas substituem as antigas barracas de lona, e são fruto de parceria com a ONG Paz e Solidariedade, da Espanha. “Eles entraram com dinheiro e a gente com o trabalho”, explica Cláudio, um índio com as mãos e roupas sujas de cimento. O terreno foi conseguido por meio de resolução do Orçamento Participativo da Prefeitura da capital gaúcha, em 2004. Decidiu-se comprar uma terra



Criança Guarani

Foto: Fernanda Schossler

onde pudessem morar todos os índios Kaingang da grande Porto Alegre. Inicialmente foram viver lá 60 famílias, segundo Claudemir da Silva, cacique da aldeia Kaingang da Lomba do Pinheiro. Mas, por ser muito distante do centro da cidade, muitos índios foram embora. Atualmente, vivem na comunidade 117 pessoas, divididas em 33 famílias.

O projeto da ONG espanhola previa também a construção de uma pequena estação de esgotos na aldeia, onde a água seria filtrada e reaproveitada. Além disso, há dois postos de saúde. Um para medicina branca, que recebe visitas de médicos e dentistas da prefeitura, e outro para medicina indígena, com paredes grossas para não atrapalhar os vizinhos por causa dos rituais xamânicos. A sede para uma escola de educação diferenciada indígena também foi construída. As aulas iniciaram em 19 de março deste ano. Junto às casas, foi construído um grande pavilhão de madeira. O “centro cultural”, como é chamado, recebe escolas e pessoas interessadas em saber mais sobre os Kaingang. As apresentações, que antes eram realizadas nas escolas, são feitas em troca de doações de alimentos e roupas.

A relação com os vizinhos é pacífica. A aldeia é parte do bairro. Crianças indígenas brincam com crianças brancas na rua, o clima é de interior. Existem até visitas de vendedores ambulantes.

Para eles, o dia de descanso é a segunda-feira. Os Kaingang trabalham durante a semana vendendo artesanato no centro da cidade. Nos sábados e domingos, ficam no Brique da Redenção. ■

## Conceito

### Terra e território: diferenças

PARA COMPREENDER melhor a situação das aldeias situadas dentro da cidade de Porto Alegre é preciso ter clara a diferença entre os conceitos de “terra” e “território”.

As aldeias situadas em Porto Alegre ainda não recebem da Funai o status de “terras”, mas de “reservas indígenas”. De acordo com o diretor da sede administrativa da Funai no Rio Grande do Sul, João Ferrareze, a distinção entre estas duas categorias se baseia em um critério bastante simples. Terras indígenas são terrenos ou áreas pertencentes à União, concedidas a usufruto exclusivo dos índios. No caso das aldeias urbanas, os terrenos cedidos geralmente são pertencentes aos municípios ou aos estados, e, enquanto sua posse não é passada ao governo federal, não são reconhecidos pela Fundação como terras indígenas.

A despeito desta designação técnica, “terra” seria o local onde se encontram as casas e demais construções da aldeia. Corresponde a noção de terreno ou lote, uma área privada, cercada e demarcada. Enquanto “território” é todo um espaço, constituído de florestas e campos, necessário para a sobrevivência da aldeia. O território não serve apenas para a caça e coleta – hoje em dia freqüentemente substituídas pela agricultura de subsistência –, ele é importante também para preservação da cultura e saúde da aldeia, já que boa parte da medicina indígena é baseada no manejo de ervas e substâncias encontradas na natureza.

Com o crescimento das cidades, tribos que antes eram nômades passaram a se estabelecer em locais específicos, devido à dificuldade de encontrar novos territórios exploráveis. Foram criadas, então, as reservas indígenas – ou, como designa a Funai, terras indígenas – que vêm seu tamanho ser diminuído progressivamente. No entanto, muitas comunidades não foram alocadas, ou, se foram, sofreram com o aumento da população, o que levou alguns índios a sair em busca de novos locais para viver. Novamente esbarraram nas cidades e, na falta de áreas específicas, ficaram e se estabelecendo em bairros da periferia, ou ocuparam terrenos baldios. Foram, cada vez mais, habitando “terras” ao invés de “territórios”.

O intenso barulho vindo do rádio de um rapaz pode ser ouvido por quase toda a aldeia e o silêncio parece ser algo que não existe

**Educação** Para os indígenas, ir para a escola significa muito mais do que aprender a ler e a escrever. O conhecimento é encarado como forte aliado para a preservação e recuperação da própria cultura — Débora Gastal e Paula Bianca Bianchi

# Muito além da escola

**T**ERÇA-FEIRA DE SOL, 15H. O calor de outubro do quase verão porto-alegrense mantém as pessoas abrigadas à sombra. Menos as crianças, estas correm de um lado para o outro. Nessas tardes abafadas, o melhor brinquedo que podem encontrar é a água, seja das torneiras ou das bacias ao lado do açude.

Paulo passa de casa em casa chamando seus alunos. Aos poucos, as crianças vão sendo reunidas e juntam-se a ele no caminho da escola. Aqueles que o professor não encontra são avisados pelos colegas e se apressam a chegar antes que a aula comece. Assim tem início mais um dia letivo na Tekoá Anhetengúá, a aldeia Guarani da Lomba do Pinheiro, localizada na divisa entre Porto Alegre e Viamão, no Beco dos Mendonças, próximo à parada 21. Nessa aldeia vivem 12 famílias e sua escola é uma das 50 instituições de ensino indígena do Rio Grande do Sul que participa do programa de educação diferenciada, promovido pelo governo do estado.

A casa de madeira simples onde hoje funciona a escola se resume a uma única e grande sala. Com a chegada dos alunos, o ambiente se divide entre a “aula dos pequenos” e a “aula dos maiores”. As paredes, cobertas de desenhos e pinturas, abrigam também as letras do alfabeto. A luz que entra na sala vem do telhado e das janelas. O quadro negro é o ponto central do ambiente. Existem algumas classes empilhadas em um canto e cadeiras espalhadas. Os móveis parecem não obedecer a nenhuma ordem específica.

Nem o horário da aula nem o conteúdo ensinado são fixos. Tudo é decidido em conjunto, pelo professor e pelos alunos. “O branco tem mania de planejar tudo com antecedência, a gente decide na hora, com as crianças”, conta Paulo, entre risos acanhados.

A Tekoá Anhetengúá tem cerca de 30 alunos em idade escolar, divididos por Paulo em duas turmas. A partir dos quatro anos, as crianças podem participar das aulas, na “turma dos pequenos”. É nessa idade que começam a aprender a escrever, desenhando as letras. Já a “turma dos maiores”, que congrega crianças de dez a 13 anos, trabalha com conteúdos mais complexos, vistos sob uma óti-

Para dar aula da ‘forma indígena’, não basta saber o idioma e a cultura de seu povo, mas também é necessário ter recebido uma ‘educação branca’

ca própria, a da sua cultura. As aulas são ministradas em Guarani. As crianças aprendem o português somente depois de saber ler e escrever em seu idioma. A história é a de sua aldeia e a matemática segue a lógica indígena.

O conceito de aprendizagem ultrapassa as paredes da escola e envolve toda a aldeia. Aprender não se restringe a decorar a matéria, os objetivos principais são valorizar a cultura e a manter a língua. Frequentemente os alunos cantam e encenam lendas. Também é comum escutarem as histórias dos velhos e observarem os afazeres dos adultos, conhecendo, assim, a rotina da aldeia.

Sobre uma geladeira desativada na antiga sede da escola — uma pequena casa de alvenaria, perto do açude, usada durante o inverno por ser mais quente — pode-se encontrar um livro de capa azul, de título *Ayvu Anhetengúá*, que em português significa “A Palavra Verdadeira”. Todo em Guarani, ele traz ilustrações e histórias e faz parte de um projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o governo do estado, que visa desenvolver livros didáticos indígenas. Materiais para os índios já são trabalhados há muito tempo. Conforme a antropóloga Ana Freitas, coordenadora de políticas públicas para os povos indígenas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre, as discussões a respeito da elaboração de um material didático Kaingang, por exemplo, datam da década de 1940. O primeiro livro foi publicado no início dos anos 70, na reserva da Guarita, perto do município de Tenente Portella. Os materiais Guarani, no entanto, são muito mais recentes.

O livro publicado pela UFRGS talvez seja um dos primeiros nesse idioma. Cinco comunidades participaram do projeto e o conteúdo foi elaborado pelos próprios índios. Segundo Sérgio Baptista, professor de antropologia da UFRGS, o mais importante não é produzir o material, mas incentivar a discussão sobre a escola entre os indígenas. O livro, além de ser utilizado como material de apoio nas aulas, se torna fonte valiosa de registro da cultura e história de cada aldeia.

Vários deveres do Estado em rela-

ção à população indígena foram descentralizados a partir da Constituição de 1988. Saúde, educação e moradia, por exemplo, deixaram de ser responsabilidade da Funai (Fundação Nacional do Índio) e passaram para as mãos dos estados e municípios. É da Secretaria Estadual da Educação que Paulo recebe seu salário de professor, o mesmo de qualquer outro da rede estadual de ensino com grau de instrução igual ao seu. Além disso, a secretaria também responde pela formação dos professores bilíngües.

Uma das dificuldades para a implantação das escolas é encontrar professores. O ideal seria que as aulas fossem ministradas por moradores da aldeia. No entanto, são poucos os que preenchem os requisitos. Ironicamente, para dar aula da ‘forma indígena’ não basta saber o idioma e a cultura de seu povo, mas também ter recebido ‘educação branca’.

“Foi difícil estudar, tinha muito preconceito”, lembra Paulo quando fala da época em que frequentou as escolas brancas. Devido às diferenças culturais e linguísticas, sair da aldeia para ir a uma escola regular é um verdadeiro desafio. As instituições tradicionais não estão preparadas para lidar com a complexidade da cultura indígena. “Acho que sempre tive o sonho de dar aula, por isso que estudei até o final”. Paulo estudou até a 8ª série, e agora participa de um curso especial para capacitar professores Guarani. Essa é a situação da maior parte dos professores bilíngües do estado, que, não tendo cursado o colégio além do Ensino Fundamental, estão habilitados somente a dar aulas até o equivalente à ‘nossa’ 4ª série.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES BILÍNGÜES é importante não apenas para a preservação da cultura. Como algumas tribos têm poucos integrantes que falam e entendem o português satisfatoriamente, o professor é necessário pois se torna um elo entre a comunidade e a sociedade branca.

Das 50 escolas indígenas registradas atualmente no Rio Grande do Sul, apenas uma vai até a 3ª série do Ensino Médio. De acordo com o Censo Escolar Estadual de 2005, o sistema de educação indígena conta com 344 professores para dar aula a 5.270 alunos. “As escolas de 5ª



Interior de escola Kaingang na aldeia do Morro do Osso

Foto: Fernanda Schossler

a 8ª séries, e ainda mais as do Ensino Médio, são um problema. Como não existem professores índios, teríamos que colocar professores brancos dentro das aldeias", esclarece Sonia Lopes, coordenadora do Espaço da Diversidade, repartição da Secretaria da Educação diretamente responsável pela educação indígena. Ela ressalta que a intenção da secretaria é "fornecer subsídios sem interferir na comunidade".

Os índios reivindicam a possibilidade de pensar sua escola. É para isso que existe o Núcleo de Educação Indígena (NEI) – ou deveria existir. O NEI é um conselho formado por índios, que visa à discussão a respeito dos parâmetros da escola indígena entre as comunidades do estado, mas que ainda não saiu do papel. A importância da implantação do conselho é possibilitar que os índios definam os limites da interferência do governo nas suas escolas. Como esse núcleo ainda não foi formado, cada aldeia administra sua relação com o governo da forma que julga mais apropriada.

Paulo, por exemplo, dá aula na escola da Tekoá Anhetenguá, mas bate ponto em um colégio branco ali perto. Dentro da aldeia, também não existe estrutura escolar proporcionada pela secretaria, nem física nem institucional. "Se a gente pedir, vai ter que cumprir as obrigações", disse Paulo, explicando que os Guarani ainda não decidiram se querem ou não uma escola "oficial" dentro da aldeia.

Os Kaingang, ao contrário, aceitam o suporte financeiro do governo. Jaime Alves, cacique da aldeia do Morro do Osso, na zona sul de Porto Alegre, por exemplo, fez questão de que as crianças de sua aldeia esperassem para ter aulas em uma escola indígena, mesmo que isso significasse atraso no currículo dos pequenos. A cada 15 dias, são realizadas reuniões entre o professor e os pais, que acompanham o estudo dos filhos.

Entretanto, essa é apenas uma entre as muitas realidades possíveis no Rio Grande do Sul e no Brasil. A educação indígena nas aldeias de Porto Alegre está no início de um processo longo e complexo e seus esforços ainda estão voltados para transformar os projetos de educação diferenciada em realidade. Em lugares onde as escolas dentro das aldeias existem há mais tempo, como na reserva da Guarita, preocupações como completar o Ensino Médio e ingressar na universidade estão mais presentes, enquanto na capital elas não passam de planos para o futuro, que alguns nem têm certeza se querem realizar.

Uma coisa fica clara: educação para os índios é um conceito mais amplo, que envolve toda a comunidade. Há a percepção do conhecimento como ferramenta para preservar a cultura. Como explica Erondina, que frequentou a escola branca até a 7ª série, seus filhos devem estudar em escola indígena, "para poderem se defender". ■

Os índios reivindicam não só a possibilidade de ter uma escola, mas de pensá-la e decidí-la de acordo com o que consideram melhor

**Mito** Pouco conhecido atualmente, controverso líder indígena lutou, no século XIX, pelo sonho d

# Três pátrias, três nomes, uma luta

**P**OUCA GENTE JÁ OUVIU falar de André Taquari. Talvez menos ainda tenham ouvido falar de Andres Guaçurary. Andres Artigas deve também soar estranho. Nem os próprios índios conhecem a história do homem que, no início do século XIX, lutou pela formação de uma pátria Guarani.

Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul pouco sabem sobre um herói de três pátrias, fenômeno único no mundo. Conhecido pelos gaúchos como André Taquari, o índio Guarani foi chamado de Andres Artigas pelos uruguaios e de Andres Guaçurary pelos argentinos.

Independentemente do nome, a garra e a bravura de Andresito – apelido com o qual consagrou-se – foram indiscutíveis. Aliás, são os únicos fatos em que há concordância entre os historiadores. O local de nascimento é o primeiro ponto de discórdia. A versão mais aceita no Rio Grande do Sul é a de que teria nascido em São Borja, filho de uma índia chamada Cecília Cujai. Uruguaios e argentinos também querem para si a origem de Andresito. Sobre a paternidade, mais dúvidas. Com seus olhos verdes, só poderia ser filho de branco. Mas que branco? José Gervásio Artigas, líder do exército pelo qual lutou Andresito e dono do sobrenome adotado pelo herói parece ser uma boa aposta.

José Artigas, conhecido como “el jefe de los orientales”, liderava um grande exército que lutava pelo estabelecimento de uma pátria sul-americana, com a expulsão dos portugueses que recém haviam despejado os padres jesuítas das Missões. Andresito foi o principal de seus comandantes. Ao ser levado por sua mãe, por volta dos 17 anos de idade, ao encontro de Artigas para incorporar-se às tropas, foi logo aceito, já como oficial. Mesmo lutando lado a lado, os objetivos

dos dois não eram os mesmos. O sonho de Andresito sempre fora uma pátria Guarani que abrangesse partes da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Tendo vivido boa parte de sua infância oprimido pelos luso-brasileiros, que expulsaram os jesuítas pelos quais sentia tanta admiração, Andresito passou a odiar os portugueses.

Nem Artigas nem Andresito estiveram próximos do triunfo total, mas muitas foram as batalhas vencidas, algumas a custo de muito sangue e vidas inocentes.

Algumas destas batalhas são exemplares no sentido de demonstrar as qualidades do herói Guarani. A vitória em Corrientes, na Argentina, possibilitou a Andresito ser, durante sete meses, governador da província, nomeado por Artigas. Seu governo é mais um ponto polêmico. Para alguns historiadores, foi um governo marcado pela violência e pela repressão. Por outro lado, diz-se também que foi um período pacífico e humano. O tradicionalista Nico Fagundes, um dos maiores pesquisadores da trajetória do Líder Guarani, soluciona a dúvida: “Não foi nem mau, nem foi marcado pela paz. Foi um bom governo, mas um governo militar, onde a tensão principal estava voltada para a guerra. Ele fez algumas violências e fez coisas lindas”. Andresito acabou por abandonar o governo para voltar para a guerra, seu maior talento.

Em São Carlos, também na Argentina, o caudilho viu-se preso em uma igreja em chamas, cercada por todos os lados por inimigos luso-brasileiros. Saiu da igreja sob tiros infundáveis e conseguiu escapar. Já em São Borja, sua suposta terra natal, Andresito imaginava que as coisas seriam mais fáceis. Esperava que, assim que atacasse a cidade, os índios que lá mora-



vam levantar-se iam em favor dele. Não foi o que aconteceu. Derrotado, o líder Guarani perdeu sua espada. Jurou nunca mais empunhar outra até recuperar a sua honradamente. Pouco precisou pelear desarmado, pois não muito tempo depois foi preso.

**A garra e a bravura de Andresito são os únicos pontos de concordância entre os historiadores**

A PARTIR DE SUA PRISÃO, em 1819, os infortúnios sucederam-se até a morte. Levado ao Rio de Janeiro, foi obrigado a ir a pé até Porto Alegre, amarrado com tiras de couro a um cavalo. Na capital gaúcha, teria trabalhado em obras públicas – especula-se, inclusive, sua participação na construção da Santa Casa de Misericórdia. Quando Portugal incorporou a Cisplatina, em 1821, libertou alguns heróis militares do Uruguai. Dentre eles, estava Andresito. Recebeu um bilhete para embarcar em um navio para Montevideu e nunca mais foi visto. Mais uma vez, várias são as versões a respeito do que aconteceu a seguir. A mais verossímil conta que, pagos pelos luso-brasileiros, alguns marinheiros ingleses que iriam a bordo desse navio embebedaram Andresito e atiraram-no ao mar. A bebida, como a guerra, era um dos passatempos preferidos do caudilho, de modo que se tornou uma tarefa um tanto quanto fácil a dos marinheiros. Se é que foi isso o que realmente aconteceu.

Toda a trajetória de André Taquari, Andres Guaçurary ou Andres Artigas é muito discutida. E é bom que seja, cada vez mais. O que não podemos é esquecer.

Ilustração: Silas Alves dos Santos

## Entrevista

## Nico Fagundes

Jornalista, folclorista e especialista nas tradições gaúchas, Antonio Augusto da Silva Fagundes, ou simplesmente Nico Fagundes, é um dos maiores estudiosos da história e da vida de Andresito Artigas. Especializado em cultura afro-gaúcha, ex-professor de diversos temas relacionados ao gauchismo, compositor, poeta etc. Com suas múltiplas faces, Nico Fagundes tem um assunto que o apaixonou mais do que tudo, e concedeu entrevista exclusiva, falando sobre este tema: o homem que define como “o herói símbolo do Conesul”.

**O nascimento e a paternidade do Andresito Artigas são assuntos bem discutíveis. Qual a tua opinião a respeito dessas duas questões?**

Discute-se muito isso. Os historiadores argentinos e uruguaios têm opiniões divergentes e hesitam em apontar o lugar onde ele nasceu, a data de nascimento, o nome da mãe e o nome do pai. Segundo o batistério que nós temos, que eu acho que é o dele, nasceu em São Borja. Agora, algum uruguaio ou algum argentino pode dizer que esse menino não é Andresito. Nós temos que é. Eu tenho pesquisado muito nessa área e estou perfeitamente convencido de que o nome dele era André Taquari e que era filho de mãe índia, Cecília Cujai e de pai desconhecido. Mas que era filho de branco, eu não tenho dúvida. Tinha os olhos esverdeados. Não há índio de olho verde. Se tu queres a minha opinião pessoal, o pai dele era o próprio Artigas. Mas não tenho documentos que me apoiem. O que eu tenho é a certeza histórica de que, quando moço, José Artigas fugia da casa materna, em Montevidéu, e ia para o campo, onde vivia no meio de índios. Do meu ponto de vista, Andresito é fruto de uma união amorosa dele com uma índia guarani chamada Cecília Cujai. O que tem contra esta minha tese é o fato de que os padres controlavam com rigor policial as relações entre brancos e índios. O que tem a favor da minha tese? É que o José Artigas não era um branco qualquer. Era uma pessoa considerada, de família nobre, da aristocracia rural. Pode ser que os padres tenham afrouxado a vigilância com ele. São muito raros os casos de mestiçagem branco-guarani, mas no caso de Andresito isto aconteceu. Só pode ter sido um branco importante, que burlasse essa vigilância dos padres. Esse branco, se estou certo, era José Gervásio Artigas.

**Por que tu achas que era José Artigas? Por que não outro branco?**

Porque, quando a mãe do Andresito o leva ao acampamento de Artigas, este imediatamente acolhe Andresito e o autoriza a usar o sobrenome dele. Então, de André Taquari, ele passou a ser Andres Artigas.

**A época em que Andresito foi governador de Corrientes também é muito discutida. Há quem diga que foi um governo mau e violento, outros defendem que foi marcado pela paz. O que tu pensas sobre isso?**

Não foi nem mau, nem marcado pela paz. Foi um bom governo, mas um governo militar, onde a tensão principal estava voltada para a guerra. Tanto que ele interrompeu o governo para voltar para o combate. Mas ele era um índio rústico. Não um ignorante — escrevia bem, lia latim, por exemplo —, mas era um homem violento, sobretudo quando tomava um pouco de cachaça. Ele fez algumas violências e fez coisas lindas. Por exemplo, quando ele avançava para Corrientes, encontrou nos ranchos dos guaranis muitas mães chorando porque os brancos de Corrientes levavam os filhinhos delas para serem escravos. Quando ele tomou Corrientes, mandou recolher no palácio todas as crianças brancas. Foi um escândalo! As senhoras brancas começaram a chorar: “Este bárbaro vai matar nossos filhos!”. Foram em choradeira ao palácio. Ele mandou entrarem. Chegaram no pátio e estavam os filhos todos brincando. “Nós, os índios, nós, os bárbaros, sabemos tratar crianças. Vocês, os brancos, os civilizados, escravizaram as nossas crianças. Essas crianças que vocês têm como escravos também têm mães, sofrendo como vocês estavam aqui.” Aí elas se encheram de vergonha. Mas outra vez ele fez algo horrível. Quando saiu numa campanha, a mulher dele queria aprender a dançar, contratou um professor de dança e tomou aula no palácio. Quando ele voltou e viu o professor, mandou atar em um poste e deu uma surra de relho que quase matou o professor. E ainda deu um monte de bofetada na pobre da mulher que só queria aprender a dançar. Mesmo assim, eles continuaram casados. Assim era o Andresito. Capaz de grandezas, um grande guerreiro, e um homem que gostava de tomar um trago e ficava violento.

**Qual a importância histórica do Andresito?**

Foi um caso único na história: três pá-



“... Sempre que penso em um herói símbolo do Conesul, que integra, melhor do que ninguém, o gauchismo do Brasil, do Uruguai e da Argentina, pela base comum guarani, não há outro herói que se encaixe nisso melhor do que Andresito”

trias e, em cada uma delas, um nome diferente. Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Nenhum outro pode se enquadrar nesse parâmetro. Então, sempre que eu penso em um herói símbolo do Conesul, da América, que integra, melhor do que ninguém, o gauchismo do Brasil, do Uruguai e da Argentina, pela raiz índia, pela base comum guarani, não há outro herói que se encaixe nisso melhor do que Andresito.

**Ele lutava pela construção de uma pátria guarani...**

Este é o grande ponto. Queria uma pátria guarani que abrangesse uma parte do Uruguai, uma parte do Rio Grande — as Missões — e uma parte da Argentina. Ele sonhava essa pátria. Dentro do grande sonho do Artigas, de uma pátria latino-americana, ele teve o sonho de uma pátria guarani.

**O Andresito é um pouco esquecido. Um outro herói indígena, este muito conhecido, é Sepé Tiaraju. Que comparação se pode fazer entre Andresito Artigas e Sepé Tiaraju?**

Sepé foi um herói jesuítico, um herói feito pelos padres. Era um índio a serviço dos padres. Andresito era um índio a serviço de um sonho. Um sonho índio. Andresito era mais humano até nos seus erros, na sua violência, no seu amor pela cachaça. Sepé não. Sepé era quase um santo.

**O que tem sido feito para trazer de volta a história do Andresito?**

Fiz uma poesia para o Andresito, uma canção, conferências em aulas. Também se projetou uma ponte ligando São Borja, onde Andresito nasceu, a Corrientes, a São Tomé, onde ele foi governador. Eu sonhei em dar o nome, do lado de cá, de ponte Andresito Artigas, ou ponte André Taquari, e do lado de lá ponte Andrés Guacurary. Mas os vereadores de São Borja não quiseram, porque ele atacou São Borja. Mais cedo ou mais tarde, isso vai ser feito. Não pode haver nome mais adequado. Os argentinos fizeram do lado de lá da ponte uma baita estátua dele. A ponte hoje se chama Ponte Internacional. No Rio Grande do Sul não tem nenhuma referência a ele. Eu quero agora fazer em Itacurubí uma estátua pra ele na praça. E quero escrever um livro sobre Andresito, mas preciso do processo, preciso desses documentos, de bases mais sólidas. Não posso escrever um livro sobre teorias. ■

**História** Uma forma única de sociedade existiu por alguns anos onde situa-se o Rio Grande do Sul e até hoje suscita polêmica — Alexandre Freitas Haubrich

# A República Guarani

**M**UITAS SÃO AS QUESTÕES ainda não esclarecidas a respeito de um dos episódios fundamentais da formação da sociedade brasileira: a implantação, no território onde hoje está o Rio Grande do Sul, do que ficou conhecido como os "Sete Povos das Missões". Certamente, algumas dessas questões permanecerão para sempre obscuras, ao menos enquanto não pudermos voltar no tempo. Então, é isso o que devemos tentar: nos aproximarmos o mais possível de um retorno ao século XVII, de modo a tornar menos difusa a compreensão desse período.

No ano de 1494, o Tratado de Tordesilhas distribuiu o planeta entre os reinos de Portugal e Castela (atual Espanha), as principais potências da época, de modo que as terras descobertas na virada do século XV ficaram divididas. O lado espanhol incluía o espaço territorial onde foram instauradas as Missões.

A partir dos acordos estabelecidos no Real Patronato, a Companhia de Jesus foi enviada para a América em 1609, com os mais diversos objetivos. Dentre as metas traçadas pelos jesuítas e pela Corte Espanhola, estavam arrebanhar mais fiéis em um lugar do mundo ainda intocado pelo protestantismo/luteranismo, proteger o território da invasão a conta-gotas de Portugal e até mesmo civilizar e fixar as populações indígenas, seminômades e com uma vida social e econômica considerada atrasada. Algumas dessas metas foram alcançadas inteiramente, outras tiveram seu cumprimento pleno impedido por razões políticas, que em nada envolveram os índios guaranis, donos das terras, mas que acabaram por quase levá-los à extinção nas Guerras Guaraníticas de 1753.

O INÍCIO DA CATEQUIZAÇÃO guarani deu-se no Paraguai e na Argentina, a partir de 1609.

Apenas em 1626, os jesuítas atravessaram o Rio Uruguai e chegaram ao que hoje é o território gaúcho. A idéia era ir "empurrando" a linha da fronteira com as terras de Portugal, até chegar ao Atlântico, expandindo, desse modo, o domínio espanhol. Isso não foi possível. Os bandeirantes paulistas, em busca de escravos, forçaram os jesuítas a voltarem ao lado ocidental do rio, na Argentina, no ano de 1641. Apenas em 1682 os padres retornaram ao sul do Brasil, fundando a redução de São Francisco de Borja, que viria a inaugurar os Sete Povos das Missões. Além de São Francisco de Borja, ainda foram fundados os povos de São Nicolau, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo Custódio, São Lourenço Mártir, São João Batista e São Miguel Arcanjo, a redução mais conservada até hoje.

A fundação da redução de São Francisco de Borja foi o início de uma história recheada de debates políticos, culturais e territoriais que envolveram, inicialmente, portugueses, espanhóis, religiosos e guaranis, mas que perdura até hoje, agora envolvendo indistintamente pessoas de quaisquer credos, crenças, raças ou cores. Exploração, manipulação, evolução, invasão, liberdade e domínio, são conceitos que convivem juntos nestas discussões infundáveis. Há quem acredite que as Missões jesuíticas foram benéficas para os indígenas, mas também há quem defenda a tese de que só serviram para cercear a liberdade e destruir a cultura nativa. Sob um outro prisma, as discussões podem girar em tor-

Além de São Francisco de Borja, ainda foram fundados os povos de São Nicolau, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo Custódio, São Lourenço Mártir, São João Batista e São Miguel Arcanjo, a redução mais conservada até hoje

no da possibilidade das reduções terem sido uma forma primitiva de comunismo, como afirmam importantes autores. Enfim, o debate é incessante e os debatedores incansáveis.

Fato é que a cultura indígena misturou-se aos dogmas religiosos e aos costumes brancos. O modo como os jesuítas lidaram com o caciquismo, estabelecido entre os guaranis, foi um exemplo dessa mestiçagem. Em vez de confrontar o poder dos caciques, preferiram apoiá-los, ganhar sua confiança. Os caciques tornaram-se vassallos do monarca espanhol, enquanto que os demais índios eram vassallos do cacique. Neste mesmo contexto, nasceu nas reduções uma instituição já existente no restante da colônia, o "cabildo", que veio a trazer alguns problemas hierárquicos. A propriedade mista de terras e a punição a crimes mais leve do que se costumava aplicar na Europa são outros exemplos claros de como, nas reduções, a troca de culturas foi recíproca. Basicamente, os indígenas tinham por obrigação aceitar o cristianismo e o modo de vida correspondente. De resto, não precisavam abandonar aquilo que, caso conservado, não confrontasse esta primeira regra.

O fato de haver, em cada redução, apenas dois jesuítas e milhares de guaranis impedia que fossem impostas regras pelos recém-chegados. Mas é claro que havia exceções, e nem tudo foram flores nessa relação entre dois modos de vida tão marcadamente distintos. Exemplar é a revolta dos guaranis contra a cobrança abusiva de impostos, revelada pela Carta Anua de 1661. O pequeno número de revoltas registradas é de dúbia interpretação. Alguns estudiosos dizem que se reflete, assim, a aceitação, por parte dos indígenas, dos dogmas trazidos pelos padres. Já os críticos



dos empreendimentos missionários lembram que a maioria dos registros provém das Cartas Anuais, documentos de valor histórico duvidoso, pois passíveis de distorção, já que, em muitos casos, os missionários não tinham interesse em relatar ao Vaticano e, por conseguinte, à Coroa Espanhola, alguns dos problemas enfrentados nas reduções. Em relação à Coroa, a posição dos guaranis era de certo distanciamento. O receio da escravização fez com que os indígenas buscassem se manter alheios às ordens e ao domínio espanhol. Mesmo assim, dentro do possível, os jesuítas cumpriram também um papel de mediadores nesta relação tumultuada. O pensamento de ode ao monarca, presente na Igreja Católica, foi, em parte, transmitido também para as populações guaranis, que acabaram por tratá-lo como Mburubichábeta (Grande Cacique). Havia, na praça central de cada redução, um retrato do monarca espanhol, frente à qual os índios entoavam cânticos e gritos de saudação.

O FIM DO EXPEDIENTE MISSIONEIRO foi obra exclusivamente das Cortes espanhola e portuguesa. Apesar de uma resistência inicial dos jesuítas e da violenta resistência dos guaranis, não foi possível evitar a expulsão dos religiosos das terras americanas, determinada pelo Tratado de Madri, em 1750. No ano de 1753, os guaranis, com apoio parcial dos jesuítas, passaram a impedir a demarcação das terras, recusando-se a partir para o outro lado do Rio Uruguai, como ficara determinado pelo tratado. Esta atitude resultou no começo das Guerras Guaraníticas. Com os portugueses atacando pelo Rio Jacuí e os espanhóis pelo sul (partindo de Montevideu e Buenos Aires), os guaranis foram vencidos definitivamente em 1756, após sucessivos massacres. Dentre os principais líderes indígenas esteve Sepé Tiaraju, morto em fevereiro do último ano da Guerra. Com o Tratado de El Pardo, de 1761, o Tratado de Madri foi anulado e os indígenas retornaram às Missões. Porém, em 1768 o golpe final aconteceu: em um novo acordo entre portugueses e espanhóis, os jesuítas foram expulsos da América graças a ameaças de dissolução da Companhia de Jesus na Europa. Os Sete Povos das Missões passaram a ser administrados pelos espanhóis e, em 1801, foram definitivamente para o domínio de Portugal. O país europeu passou a reprimir ainda mais violentamente os poucos indígenas sobreviventes.

Assim terminava formalmente uma história que nunca se encerrou em absoluto. As ruínas, as imagens, os museus e, principalmente, os historiadores, encarregaram-se de manter viva uma forma alternativa de vida em sociedade extinta há quase três séculos. ■

**Memória** No espetáculo Som e Luz, em São Miguel das Missões, os personagens que viveram a história missionária contam suas versões  
— Alexandre Freitas Haubrich e Maria Lina Truccolo Colnaghi

## Luzes sobre a história

Diversas são as formas encontradas para manter viva a memória do que foram os Sete Povos das Missões. Uma delas indiscutivelmente alcança e modifica definitivamente a alma dos visitantes das ruínas de São Miguel, cenário do “Espetáculo de Som e Luz”.

Através de texto de autoria de Henrique Gazzana interpretado por vozes famosas, como as de Lima Duarte e Fernanda Montenegro, as ruínas, a terra, índios, jesuítas, emissários e governantes contam o que se passou por aquelas paragens. Transmitem ao espectador a sensação de se viver naquela comunidade, tornando transponível a remota distância do tempo.

É MAIS UM ENTARDECER no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo. Seus portões se abrem e visitantes curiosos se preparam para embarcar em um show de som, luz, história e emoção. O silêncio natural da cidade, o céu não raro estrelado e as ruínas envoltas na escuridão de um terreno descampado, proporcionam sensação sem igual. A terra que serviu de berço a uma forma única de sociedade é a personagem que dá início aos 48 minutos do “Espetáculo de Som e Luz”.

“Quem vem lá? Quem vem lá, profanar minha ondulante pradaria?”. Em tom hostil e de ressentimento por aqueles que destruíram a comunidade que nela germinou e floresceu, a terra solita aos intrusos que dali se afastem. As

ruínas, então, pronunciam-se, fazendo o apelo que permitirá a eles conhecer uma parte da história do bravo povo guarani e invocando aqueles que nela jazem para vir à tona contar sua história: “Os estranhos ora atentos, com seus olhos assustados, podem ser talvez isentos da culpa dos crimes aqui consumados. Mas já que vieram aqui, devem ouvir nos ventos a verdade que encerrais: como foram arrasados vossos filhos, nossos pais, os tranqüilos Guaranis. Invocai-os que eles jazem, dentro de vós, adormecidos. Chamai-os à tona, que venham todos aqui reunidos”.

DESENHA-SE, A PARTIR DAÍ, a saga dos guaranis e dos jesuítas da Companhia de Jesus na construção da redução jesuítica mais próspera da região das Américas, a convivência entre os povos lá residentes e, finalmente, a queda definitiva dos Sete Povos ao fim das Guerras Guaraníticas. É possível ouvir o coral dos índios a cantar em latim, o som das oficinas a trabalhar rotineiramente, os gritos sofridos dos índios em batalha.

O espectador sai do sítio arqueológico transpirando história e emoção, tendo de lidar concomitantemente com todo o tipo de sentimento, desde o entusiasmo de ter, de certa forma, participado dessa história, até a tristeza de voltar à realidade e de não ter realmente vivido tão intensos acontecimentos. ■

“... devem ouvir nos ventos a verdade que encerrais: como foram arrasados vossos filhos, nossos pais, os tranqüilos guaranis”

Ruínas das reduções de São Miguel das Missões (ao lado e abaixo)

Fotos: Maria Lina Truccolo Colnaghi



**Herança** A cidade de São Miguel das Missões remonta a uma história rica em sensações e banhada em cultura — Alexandre Freitas Haubrich

# Viagem pelo passado

**P**ela janela do ônibus podíamos ver nosso destino final enfim aproximando-se. As ruínas das Missões de São Miguel arrastavam-se em nossa direção. Após mais de nove horas de viagem desde Porto Alegre, a pequena cidade de sete mil habitantes parecia um paraíso mesmo que não o fosse. Mas era.

Com 1200 km<sup>2</sup> de área, São Miguel das Missões é lugar de gente simples, acostumada ao convívio com turistas de todos os lugares, todos os tipos, todas as idades. Assim como seu povo, é cidade pacata, silenciosa. Com atenção, podemos ouvir o silêncio guardado pelas ruínas. Silêncio este deixado em 1756 neste canto do Rio Grande do Sul. Silêncio dos batuques, dos cantos, das mãos índias moldando a madeira, transformando-a em santos brancos de rostos plácidos.

SE OLHARMOS COM OS OLHOS, o que vemos hoje é uma cidadezinha com dois pequenos botecos, uns dois mercados, uma loja de ferragens, dois hotéis, uma pousada, uma rodoviária, um posto de saúde com meia dúzia de pacientes. Ruas compridas e vazias carregam as poucas pessoas entre esses poucos lugares. As placas com os nomes dessas ruas trazem, como pano de fundo, a imagem mais conhecida das ruínas missioneiras. Um homem de meia idade é o dono do único táxi da cidade. É ele também o dono de boa parte dos apartamentos existentes nos dois ou três prédios de poucos andares. Prédios cerca-



dos por humildes casas simpáticas, antigas mas bem conservadas.

As referências à época de maior *glamour* da cidade concentram-se no pátio que cerca as ruínas históricas. Um museu expõe os tais santos brancos, heranças do momento em que a cultura indígena incorporou definitivamente os valores da sociedade branca. Se isso foi bom ou ruim, não cabe aqui discutir. Ao lado do museu e do sino da antiga igreja central, jovens guaranis tentam vender suas peças de artesanato a turistas que muitas vezes os vêem como esquisitices, como estrangeiros em um planeta branco. A maioria desses turistas não compreende o que ali se passou. Não compreende que, naquela terra, os invasores não são os índios. Não compreende porque olha apenas com os olhos, ouve apenas com os ouvidos.

Uma liberdade deixa de existir no momento em que adentra nossos ouvidos o urro de raiva, ódio e dor dos guaranis abatidos nas Guerras Guaraníticas

Vista interna das ruínas da igreja de São Miguel e localização do município

Foto: Maria Lina Truccolo Colnaghi

SE, POR OUTRO LADO, olharmos, ouvirmos e cheirmos com a mente e com o coração, o que perceberemos será completamente diferente. Enxergaremos ali uma história de luta do índio contra o opressor branco. Não o branco jesuíta. O branco escravista, intolerante. Enxergaremos o sorriso das crianças guaranis que brincavam correndo livres pelo campo verde. Escutaremos seus risos. Sentiremos o odor das plantas cultivadas pelos índios missioneiros, carregado pelo vento até que infeste nossos pulmões de cheiro de liberdade. Uma liberdade que não mais existe para índios, brancos ou negros. Uma liberdade que deixa de existir no momento em que adentra nossos ouvidos o urro de raiva, ódio e dor dos guaranis abatidos nas Guerras Guaraníticas.

À saída da cidade, nos despedimos da história. De pedras sobre pedras, mas não pedras comuns. Pedras que viram, ouviram e sentiram tudo isso. Pedras que ainda exalam pureza, companheirismo e luta. ■



**Espaço** Ocupação de área na Zona Sul da Capital opõe tribo Kaingang, moradores e prefeitura e expõe o problema da disputa por terras — Alexandre Freitas Haubrich

# Como os bugios?

A rua Padre Werner, na Zona Sul de Porto Alegre, é hoje muito diferente do que era até 9 de abril de 2004. Cerca de duas dezenas de pequenas e rudimentares casas de madeira permeiam o chão batido. Enquanto isso, pequenos indiozinhos correm de um lado para o outro brincando pela rua cortada por fios que servem como varais, ao mesmo tempo em que os homens fazem artesanato e algumas mulheres lavam roupa. Três caixas d'água estão à disposição das 22 famílias que agora habitam a entrada do Parque Natural Morro do Osso. Este é o cenário. Os protagonistas? Um grupo de Kaingang, um grupo de antigos moradores e uma secretaria da prefeitura. Posições contundentes e versões controversas são os elementos que compõem a história que será narrada nas próximas linhas.

Há três anos, alguns índios Kaingang cansados da violência das vilas de Porto Alegre, por onde estavam espalhados, reuniram-se sob a liderança do agora cacique Jaime Alves, lançando-se em uma empreitada da qual garantem que não desistirão jamais: a retomada da área do Parque Natural Morro do Osso. Há quem diga que os Kaingang tiveram essa idéia por inspiração espiritual. Valdomiro, atual vice-cacique, no entanto, jura que a internet foi o meio que possibilitou a descoberta. Também se comenta que um antropólogo teria indicado a eles o local. A forma como o grupo soube da existência do parque e da possibilidade desse ter sido um antigo cemitério indígena, Guarani, não é nada precisa e não passa nem perto da unanimidade, mesmo entre os índios. Assim também ocorre com boa parte dos acontecimentos desde então.

NO INÍCIO, O GRUPO OCUPOU uma área no interior do parque, mas, após acordo de retirada com o então prefeito João Verle, deslocou-se para a entrada, na rua Padre Werner. Esta mudança foi mais um capítulo confuso na trama. O caminhão da prefeitura, encarregado de levar os pertences dos índios, não parou no local indicado por eles, desaparecendo com os poucos bens de que dispunham. Isto é o que dizem uns, enquanto outros garantem que o acordo seria de deslocamento



para outra área, na Lomba do Pinheiro — bairro pobre da Zona Leste porto-alegrense, onde já existem duas aldeias indígenas, uma Kaingang e outra Guarani —, e que os índios teriam tentado forçar o caminhão a parar. Fato é que acabaram ficando por ali, mesmo sem fogões, geladeiras e até roupas e comida.

Doações de moradores da região os sustentaram por alguns dias. Depois, com a venda de artesanato reativada e algumas instalações já prontas, a situação melhorou. Através de ações judiciais, obtiveram da prefeitura as três caixas d'água — uma para banho, uma para beber e outra para serviços gerais, todas coletivas — e o fornecimento diário, através de um caminhão-pipa que, segundo as lideranças indígenas, faltou apenas duas vezes. “O único problema é que às vezes só chega de tarde. Aí prejudica o almoço da gente, porque as mulheres não podem cozinhar”, explica o vice-cacique Valdomiro. O governo municipal cedeu também dois banheiros químicos e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que no início não os atendia, agora o faz, e com competência, segundo os próprios índios. Já a energia elétrica é retirada dos

**Em junho de 2005, o secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moesh, envolveu-se em uma grande confusão com os índios**

postes da rua, através de “gatos”. As cestas básicas recebidas do governo federal também dão suporte aos indígenas. A melhora das condições habitacionais tem sido igualmente considerável, devido à ajuda de diversas ONG's, algumas de fora do Brasil. Os índios também passaram a receber apoio do Ministério Público e da Procuradoria da República.

O QUE SÓ TEM PIORADO é a relação com a prefeitura e com os moradores do Sétimo Céu, região de classe alta dentro do bairro Tristeza, que circunda a área do parque. A intransigência dos dois lados vem causando problemas para todos, afastando cada vez mais a questão de uma solução pacífica. Em junho de 2005, o secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moesh, envolveu-se em grande confusão com os índios. Buscando chamar a atenção da sociedade para sua causa, eles aproveitaram o Dia Mundial do Meio Ambiente e construíram uma pequena casa no interior do parque, o que levou Moesh ao Morro do Osso. Pelo celular, o secretário Moesh teria tentado contatar a polícia para que retirasse a casa. ▶

Índios Kaingang na aldeia do Morro do Osso

Foto: Fernanda Schossler

Recebendo resposta negativa, Moesh, segundo Luis Francisco Corrêa Barbosa, advogado dos Kaingang, teria afirmado: "hoje que eu tiro essa bugrada daqui!". Na cancela que dá entrada ao parque, Moesh teria se deparado com duas índias que faziam artesanato. Interceptado por elas, teria empurrado uma, grávida de sete meses. A outra agrediu o secretário com um soco que lhe quebrou o nariz. Segundo Barbosa, o secretário ainda pegou uma cadeira e partiu para cima das índias, mas foi contido. O resultado foi um processo movido contra o secretário. Beto Moesh garante que não foi assim que aconteceu: "Isso não tem cabimento. Veja bem se eu iria agredir uma mulher, ainda mais grávida. Fui atacado por mais de 20 índios, todos homens, que me agrediram inclusive com ferramentas". Valdomiro, o vice-cacique do grupo, diz que o secretário fez insinuações racistas. "Não gosto de ver bugre na minha frente", ele disse. Isso nos ofende, desrespeita. Quem quer respeito, tem que saber respeitar", afirma. Moesh diz considerar absurdas tais acusações, garantindo que sua função não é distinguir se os invasores são brancos, negros ou índios, mas defender o meio ambiente.

Além da relação tumultuada com a prefeitura, o grupo de kaingangues instalados na entrada do parque convive com forte oposição de boa parte dos moradores mais antigos – e abastados – da região. Mesmo que entremeadas por períodos de calma, como o atual, reclamações não faltam de um lado e de outro. De acordo com a administradora do Parque Natural, Maria Carmem Sestren-Bastos, esse grupo tem uma visão essencialmente assistencialista. Por isso, não teriam ficado realmente agradecidos pelas doações recebidas logo em sua chegada e, dessa maneira, elas cessaram. Maria Carmem conta também que, antes da instalação dos banheiros químicos, os Kaingang defecavam no parque. Os moradores que reclamavam, segundo ela, sofriam retaliação: as fezes passavam a ser atiradas nos seus pátios. Valdomiro



nega que isso tenha ocorrido e garante que eles não querem incomodar ninguém, desejando apenas ver seus direitos respeitados. O advogado e economista Héraclito de Freitas Vale Corrêa, morador do Sétimo Céu, reclama que as caminhadas que os moradores antigos costumavam fazer tiveram que parar: "O passeio pelo parque, que era utilizado para lazer e caminhadas, acabou. Estes índios são muito agressivos e se alguém tenta passar sem pedir autorização corre o risco de ser agredido", garante. Mais uma vez, o vice-cacique da aldeia ressalta que "respeitamos quem nos respeita. A gente fica alegre quando vem gente nos procurar, e sempre vêm muitos visitantes". Héraclito Corrêa diz ainda que a preservação do local, defendida por todos, não está sendo realizada na prática pelos índios: "As características dos originários desse grupo são agressivas e nômades. Eles esgotam os recursos da área onde vivem e migram para outro lugar. O que está acontecendo é uma agressão à liberdade das pessoas e ao meio ambiente".

**Héraclito Corrêa é taxativo: "A questão não é se são índios, pretos ou brancos. A questão é que são invasores"**

OUTRA QUESTÃO POLÊMICA dá-se em relação à preservação da área, o maior parque natural da capital gaúcha. Os índios garantem ter mais cuidado com esse tipo de problema do que os brancos, o que, historicamente, seria fácil de comprovar. A administradora do parque vê um porém: "Há 500 anos, os índios retiravam apenas o cipó necessário para sua vida cotidiana. Faziam um cesto e só iam pegar cipó de novo quando o cesto não servia mais. Agora, eles estão inseridos na lógica capitalista. Retiram material para 50, 60 cestos toda semana. Essa prática é extremamente prejudicial". Por outro lado, Valdomiro lembra que, quando ocuparam o interior do parque, logo que chegaram ao Morro do Osso, havia placas de ruas dentro da área que deveria ser de preservação. Maria Carmem explica que tem trabalhado na desapropriação do território, que pertence, em grande parte, a poucos particulares. O objetivo destas desapropriações seria deixar a área em estado de preservação permanente, através de diretrizes como as apontadas em um plano elaborado em 2006, através de participação popular e sob a coordenação da própria Maria Carmem, o Plano de Manejo do Parque Natural Morro do Osso. Jaime Alves, cacique da aldeia instalada no local, participou de uma das primeiras reuniões, mas desistiu quando informado de que a manutenção da tribo naquele lugar não estava prevista no plano, já que, caso os índios ganhassem a causa, o parque inteiro passaria a ser reserva indígena, o que invalidaria a existência do Plano de Manejo. Independente de quem tem mais capacidade para preservar, o morador do Sétimo Céu Héraclito Corrêa é taxativo: "A questão não é se são índios, pretos ou brancos. A questão é que são invasores".

Ainda sobre o problema territorial, há outra dúvida: este seria realmente o



O artesanato Kaingang é produzido com cipó e transportado de carro para a venda

Fotos: Fernanda Schossler

local de um antigo território indígena? Os Kaingang garantem que sim, mas Maria Carmem acredita que não: "Os Guaranis que habitavam essa região moravam na orla. Tradicionalmente, enterravam os mortos junto às moradias. Provavelmente, usavam a área que hoje pertence ao parque apenas para coletar materiais".

A PREFEITURA CHEGOU A OFERECER ao grupo uma área de 10 hectares no Cantagalo, bairro na divisa de Viamão com Porto Alegre, onde moram 15 famílias de índios guaranis. Diante da recusa, a oferta chegou a, além da terra, uma Kombi e uma Pampa para transporte de artesanato – a venda das peças é a única forma de renda da tribo –, moradias para todas as famílias, posto de saúde e escola bilíngüe. Mesmo assim, a recusa continuou. Valdomiro explica: "Se a gente aceitasse, iríamos para um lugar onde não teríamos a segurança de ficar para sempre. Aqui, se vencermos na justiça, ninguém nos tira mais, porque será reserva indígena. Além disso, estamos culturalmente ligados ao Morro do Osso. Estaríamos vendendo nossa cultura". Heráclito Corrêa não acredita. Diz que as lideranças indígenas gostaram da oferta e não aceitaram por influências desconhecidas. Garante ainda que um membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, segundo Corrêa, vive na aldeia casado com uma índia, estaria por trás de algumas atitudes do grupo, fato negado veementemente por Valdomiro: "Não mora nenhum branco aqui, e nem deixaríamos que morasse, de jeito nenhum. E também nunca deixaríamos um branco influenciar nas nossas decisões. Sempre que isso aconteceu, nosso povo saiu prejudicado".

AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO próximo de toda esta trama parecem não ser as mais amigáveis. Através de seu advogado, os Kaingang movem quatro pro-

**"Ganhando essa ação, teríamos o direito de desalojar várias das pessoas que moram aqui pelos arredores, mas não vamos fazer isso"**

**Mesmo inserida no contexto urbano, aldeia do Morro do Osso sofre com falta de infraestrutura básica**

**Foto: Fernanda Schossler**

cessos: contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União Federal, tentando obrigá-las a demarcar e homologar as terras; contra o ex-prefeito João Verle, pedindo reparações pessoais por causa da questão dos pertences dos indígenas perdidos na mudança; e contra o município, para que reconheça o direito dos índios à posse da terra; além do processo por agressão contra o secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moesh.

As lideranças indígenas garantem que não saem do local em hipótese alguma. Prometem não incomodar os vizinhos, mas não abrirão mão do direito que dizem ter àquele espaço: "Ganhando a ação, teríamos direito de desalojar várias pessoas que moram aqui pelos arredores, mas não vamos fazer isso, não queremos confusão. Se quisermos, botamos três, quatro mil índios no parque, fácil. Temos poder para isso. Aí queria ver quem nos tirava daqui. Ia dar morte. Mas a gente realmente não quer problema, só queremos nosso canto", afirma Valdomiro. Heráclito Corrêa sugere outra saída: "O que poderia ser feito é a criação de um local turístico, com os índios vindo até aqui, mas indo de volta para o Cantagalo. Assim, poderiam manter e demonstrar para os visitantes sua cultura e seu conhecimento e nós poderíamos circular normalmente pelo parque, além de ele ser preservado adequadamente".

Francisco, ex-vice-cacique da tribo, diz que sua principal preocupação é com as futuras gerações. Ele espera que preservem a cultura e garante que, caso os índios Kaingang vençam a causa, preservariam o parque muito melhor do que qualquer outro. "Tem um bugio por aqui. Esses dias mesmo vimos ele. Bonito aquele bugio. Se destruir isso aqui, pra onde ele vai? Eu sou como o bugio. Nós todos somos. Viemos para a cidade porque o branco destruiu o lugar onde morávamos, onde nascemos, onde eu pegava fruta do pé com a minha mãe". ■

## Personagem

### Kentanh

Jaime Alves é um homem baixo e entroncado. Seu nome indígena, *Kentanh*, traz marcas de sua personalidade. "É o nome de uma madeira forte, que não cai nunca", conta ele.

Jaime é o cacique da aldeia Kaingang do Morro do Osso, e detém este posto desde que se mudou para lá. Tarefa difícil, pois o cotidiano dessa comunidade tem sido bastante conturbado. Ela fica perto de uma das regiões mais nobres do bairro Tristeza, na Zona Sul de Porto Alegre, e a relação com os casarões vizinhos nem sempre é pacífica.

Jaime nasceu no dia 6 de maio de 1964 na Vila Alegre, em Nonoai, no norte do estado. Veio para a capital gaúcha há cerca de 15 anos, motivado pela ideia de dar uma vida melhor para a sua família. Segundo ele, em Nonoai não havia dinheiro nem terras suficientes para plantar e em Porto Alegre existia a possibilidade de sobreviver vendendo artesanato. Desde que chegou, nunca quis ter um emprego formal. "Arranjar trabalho é difícil e um salário mínimo não sustenta uma família. Com o artesanato a gente ganha cerca de mil, mil e quinhentos reais por mês", justifica.

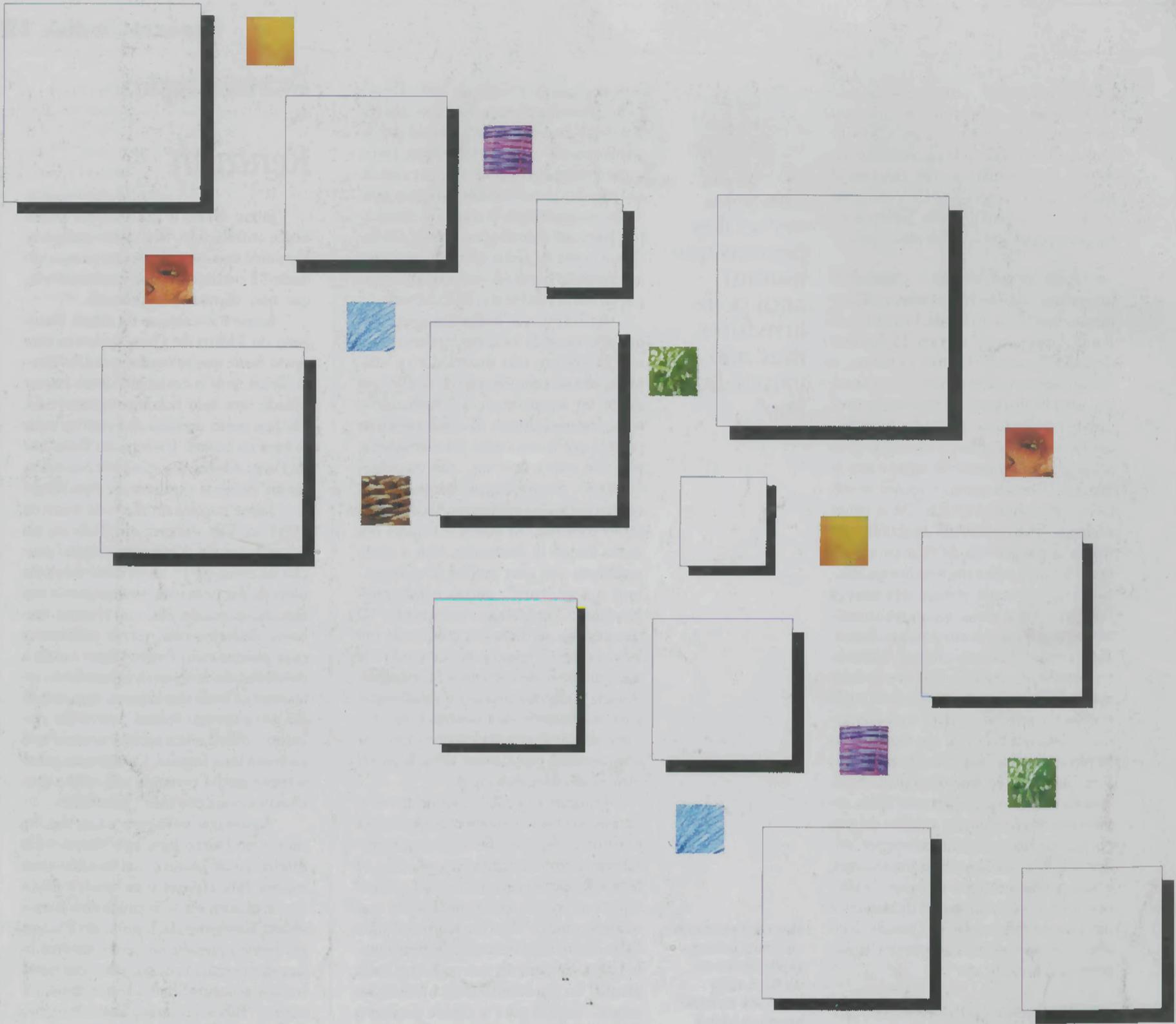
Assim que veio para a Capital, foi morar no bairro Jary, em Viamão. Há quatro anos, Jaime e sua família – sua esposa Ilda Gomes e os quatro filhos que tem com ela – se mudaram para a aldeia Kaingang da Lomba do Pinheiro. Jaime não sabe ao certo quantos filhos tem e trata essa questão com bom-humor e naturalidade. Entre risos, ele conta: "filhos eu tenho uns 12... Com a minha mulher são quatro!".

Na aldeia da Lomba do Pinheiro ele foi cacique por um curto período de tempo, até conhecer a reserva ecológica do Morro do Osso. Jaime conta que estava olhando os pontos turísticos de Porto Alegre em uma lista telefônica quando descobriu que o parque ambiental guarda um antigo cemitério indígena. Conhecedor da Constituição Federal, sobretudo do artigo 231, decidiu ocupar aquela terra que considerava "tradicionalmente indígena".

Inicialmente, apenas algumas famílias da aldeia da Lomba do Pinheiro o acompanharam na ocupação, no dia 9 de abril de 2004. Agora, mais de três anos depois, 25 famílias vivem na aldeia Kaingang do Morro do Osso.

A respeito do futuro de sua comunidade, Jaime tem planos bem definidos. "Quero saúde e educação diferenciadas. Quero ter espaço para que meus netos e sua comunidade tenham seu espaço garantido. Quero poder ter o que a gente tem direito". — DÉBORA GASTAL





3x4 É UMA PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL PRODUZIDA POR ESTUDANTES DE JORNALISMO DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR WLADYMYR UNGARETTI  
REDAÇÃO ALEXANDRE FREITAS HAUBRICH; DÉBORA GASTAL E PAULA BIANCA BIANCHI  
EDIÇÃO JULIANO BRUNI PEREIRA  
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO JULIANO BRUNI PEREIRA  
FOTOGRAFIA FERNANDA SCHOSSLER  
COLABORAÇÃO MARIA LINA TRUCOLO COLNAGHI  
ILUSTRAÇÃO SILAS ALVES DOS SANTOS  
PORTO ALEGRE INVERNO 2007